

PE discute deslocalização de empresas

Regina Bastos defendeu que “a Comissão Europeia elabore **um quadro legislativo no sentido de moralizar a atribuição de fundos comunitários às empresas** e que estabeleça regras claras que previnam e sancionem abusos pelas empresas que recebam subsídios da União Europeia”.

desenvolvimento na pág.5



Das cinzas da guerra

Independentemente da posição de cada um relativamente à guerra contra o Iraque, já muitos analistas apontaram **uma das primeiras vítimas**: a unidade europeia e a PESC (Política Externa e de Segurança Comum).

Quando Javier Solana sugeriu que a UE tivesse um único representante no Conselho de Segurança da ONU foi ignorado por todos os “grandes”.

Na hora de fazer ouvir a sua voz e o seu poder, os “grandes” esquecem o ideal europeu e cada qual luta por si.

Nem a França, nem o Reino Unido aceitam de bom grado **perder o seu lugar** e o seu direito de veto na ONU.

E nem os que episodicamente se sentam nesse órgão essencial da comunidade internacional (como agora a Espanha e a Alemanha) estão dispostos a ceder o lugar.

A construção europeia nasceu das cinzas da destruição causada pela II Guerra Mundial.

Será que uma **verdadeira PESC** e uma **Europa reforçada** poderão sair das cinzas da guerra contra o Iraque ?

Carlos Coelho

PE debate estratégia para 2004

Joaquim Piscarreta defende a coesão social e regional

desenvolvimento na pág.2

Transmissão de dados pessoais

Carlos Coelho defendeu que “é **inaceitável que os Estados Unidos persistam em iniciativas unilaterais**”

desenvolvimento na pág.3

Salvaguarda do ambiente marinho

Para **Jorge Moreira da Silva** “o mar exige uma estratégia coerente e coordenada”

desenvolvimento na pág.7



Joaquim Piscarreta defende coesão social e regional

Joaquim Piscarreta, no âmbito da discussão sobre a estratégia política da Comissão Europeia para 2004, lembrou *“que se trata do primeiro orçamento de uma Europa alargada aos novos Estados Membros. Por isso, mais do que nunca, o orçamento da UE deverá contribuir para a realização de coesão social e regional, quer nos novos Estados, quer nos actuais 15 Estados Membros”*.



Joaquim Piscarreta apoiou o facto do orçamento para 2004 *“eleger como prioridades a **conclusão do Mercado Interno, a estratégia para um desenvolvimento sustentável, assim como a realização da estratégia de Lisboa com vista a tornar a UE na economia mais competitiva e dinâmica do mundo baseada no conhecimento até 2010”***.

Joaquim Piscarreta criticou, contudo, o documento da Comissão Europeia.

Assim, Joaquim Piscarreta salientou *“a necessidade de insistir junto da Comissão Europeia no sentido de eleger como orientação prioritária o reforço das ajudas ao desenvolvimento rural no quadro da PAC, matéria na qual se verificam precisamente as maiores disparidades entre Estados Membros e de instar a Comissão a reforçar o processo de simplificação e melhoria da execução orçamental, nomeadamente na sua política de fundos*

estruturais”.

Relativamente aos fundos estruturais, Joaquim Piscarreta chamou *“a atenção da Comissão Europeia para o facto da adesão dos novos Estados Membros ter como efeito estatístico diminuir a média do PIB da UE. Em consequência, o nível de certas regiões aumentará com fortes riscos de perderem fundos estruturais por ultrapassarem os valores mínimos justificando as*

ajudas comunitárias. Queria sublinhar, acrescentou, que se trata, como aliás disse o próprio Comissário para o alargamento Gunther Verheugen, de uma riqueza no papel mas não na realidade. Meros indicadores estatísticos não podem justificar o fim de uma política de coesão para os actuais Estados Membros.

A UE tem todo o interesse em ver os seus actuais Estados Membros com taxas de crescimento altas, mais emprego e mais oportunidades”.

Carlos Coelho quer “GPS” europeu

Carlos Coelho é um dos subscritores de uma petição dirigida aos Chefes de Estado e de Governo da União Europeia, no sentido de que **tomem “todas as medidas adequadas no sentido de permitir ao Conselho da Agência Espacial Europeia o seu empenhamento e contribuição para o programa GALILEU”**.

Na petição recorda-se que a Europa *“soube demonstrar a sua aptidão a ultrapassar importantes desa-*

fos no domínio aeroespacial criando o projecto ARIANE, que lhe garantiu um acesso independente ao espaço, e AIRBUS que assegurou a autonomia no transporte aéreo”.

Para os signatários desta petição, membros do PE e de parlamentos nacionais dos Estados-Membros, **o programa GALILEU é o “primeiro programa comunitário que consolida a ambição europeia de ter em mãos o seu próprio futuro nos domínios do posiciona-**



mento, da navegação e de medida de tempo”.

Carlos Coelho salienta que o programa GALILEU envolve *“um orçamento global na ordem dos 3.200 milhões de Euros e a criação de mais de 100.000 postos de trabalho, prevendo que, até 2008,*

*estejam operacionais 30 satélites a cerca de 24.000 Kms da terra. Para além da sua utilização civil e da sua dimensão tecnológica, há a possibilidade da utilização militar e uma verdadeira questão estratégica: a questão da **autonomia e da vontade comum europeias”**.*

Transmissão de dados pessoais

Carlos Coelho diz que os fins não justificam os meios

Carlos Coelho defendeu, num debate sobre a transmissão de dados pessoais pelas companhias aéreas nos vãos transatlânticos, que **“é inaceitável que os EUA persistam em iniciativas unilaterais. É inaceitável que adoptem medidas, impostas unilateralmente e sob pena de pesadas sanções, em relação às companhias aéreas”**.

Para Carlos Coelho, **as companhias aéreas europeias estão num dilema**. “O dilema de, por um lado serem obrigadas a cumprir as regras da União relativas à protecção de dados (concretamente a Directiva 95/46/EC) e, por outro lado, serem obrigadas, devido à legislação americana, a transmitir esses dados sobre passageiros que voem para, a partir ou através dos Estados Unidos. E sabendo que se o não fizerem, ou fizerem de modo incorrecto ou incompleto, serão punidas com severas sanções que podem ir desde a perda do direito de aterragem até ao pagamento de multas substanciais”.

Carlos Coelho sublinhou que, neste dossier, **“algo esteve mal na relação entre a Comissão e o Parlamento Europeu**. Embora esta problemática já esteja pendente há mais de 15 meses, só agora é que a Comissão a apresentou ao Parlamento e ao Conselho”.

O Deputado social democrata recordou que **“a Directiva sobre a protecção de dados prevê que só possa haver lugar à transferência de dados pessoais para países terceiros, caso seja assegurada uma protecção adequada**.

Ora, a exigência americana reporta-se a dados sensíveis. Com efeito, com a transmissão de dados PNR (Passenger Name Record), por parte das companhias aéreas, as autoridades americanas terão acesso não apenas aos nomes de passageiros que compraram um bilhete para os Estados Unidos, mas igualmente ao número do cartão de crédito, eventualmente aos trajectos já efectuados, aos problemas de saúde (caso exista um pedido de assistência médica), à religião (através do pedido de refeição especial), aos dados relativos a contactos (amigos,

local de trabalho), entre outras informações, contrariando a legislação comunitária.

Carlos Coelho afirmou esperar **“que este assunto não esteja ausente na próxima cimeira UE-USA**, que terá lugar em 25 de Junho 2003 e que a União Europeia tenha uma posição firme.

Todos nós **rejeitamos e condenamos o terrorismo** e os seus actos criminosos, sublinhou Carlos Coelho. Somos solidários com o objectivo americano de prevenção e combate ao terrorismo e condenamos energeticamente os terríveis

ataques de 11 de Setembro. São actos intoleráveis pela violência cega e por atingirem cidadãos inocentes.

Porém, acrescentou, **para nós os fins não justificam os meios. O combate ao crime deve ser feito no quadro do respeito pelo Estado de Direito** e não pondo em causa os direitos dos cidadãos. O nosso respeito pelas leis americanas deve alicerçar-se no recíproco respeito pelo nosso ordenamento jurídico.

E o nosso combate pela segurança não pode nem deve pôr em causa a liberdade”.



Num seminário organizado pela Comissão das Liberdades e dos Direitos dos Cidadãos do PE sobre **qual a estratégia para a Europa sobre a protecção de dados depois do 11 de Setembro de 2001**, Carlos Coelho defendeu a criação da **segunda geração do Sistema de Informação Schengen e a abolição**, no quadro da Convenção sobre o Futuro da Europa, **do sistema de pilares** criado no Tratado de Maastricht, devendo ser criado um regime geral de protecção de dados pessoais.

Frota que pescava em Marrocos:

Arlindo Cunha pede flexibilidade à Comissão Europeia

Arlindo Cunha denunciou alguns problemas na execução do programa de compensações financeiras relativas à reconversão da frota no âmbito do acordo de pescas com Marrocos.



No Plenário do Parlamento Europeu, **Arlindo Cunha** afirmou que “a **não renovação do acordo de pescas com Marrocos provocou a inactividade de cerca de 400 navios** que pescavam naquelas águas (50 dos quais portugueses) e provocou a perda imediata de 4.300 empregos directos no sector.

Foi nesse contexto que a UE aprovou um programa de compensações financeiras de 197 milhões de Euros aos armadores e pescadores cuja actividade dependia desse acordo (recebendo a Espanha 94,6% e Portugal 5,4%).

No momento actual é possível já avaliar alguns aspectos da execução desse programa e detectar alguns problemas, de que destaco dois: O **1º** é a **excessiva rigidez na aplicação das medidas socio-económicas de compensação aos tripulantes/pescadores pela sua inactividade**. O prémio individual de 12.000 Euros só pode ser pago aos tripulantes se o barco em que trabalhavam for abatido ou integrar uma sociedade mista.

Acontece frequentemente que **alguns armadores decidiram não abater ainda os barcos**, ou porque encontraram alguns pesqueiros parcialmente alternativos, ou porque aguardam ainda ter uma oportunidade de pesca no futuro. O resultado desta situação é que muitos dos ex-tripulantes destes barcos continuam no desemprego ou ficam excedentários, sem ter possibilidade de receber o prémio individual em questão. Ora, tal discriminação constitui uma profunda injustiça para os pescadores e tripulantes afectados.

O **2º** factor de rigidez tem a ver com alguns armadores que tinham barcos em construção no momento em que cessou o acordo com Marrocos, barcos esses que se destinavam a trabalhar naquele pesqueiro. Com o fim do acordo, esses barcos tiveram de ser reconvertidos para outras pescarias, o que implicou um aumento dos custos de investimento para os armadores. Face a uma tal situação, parece também razoável e justo que este acréscimo de custos possa ser co-financiado no âmbito do presente regulamento”.

O PSD

Disse

Jorge Moreira da Silva
Joaquim Piscarreta

PE debate protecção dos consumidores

Jorge Moreira da Silva defendeu que “**toda a legislação de defesa do consumidor busque a maior harmonização possível, em especial, sempre que estejam em causa riscos para a saúde pública e para o meio ambiente**”.

Moreira da Silva salientou “os enormes progressos a nível europeu na defesa do consumidor alcançados nos últimos anos, com destaque para a área da Segurança Alimentar. É verdade que foi necessário que ocorressem demasiados escândalos alimentares, mas temos razões para nos orgulharmos do trabalho legislativo da União Europeia nesta área. Penso mesmo que **esta é uma das áreas que mais tem feito pela adesão dos cidadãos ao ideal europeu**”.

Jorge Moreira da Silva considera que a Comissão Europeia deve: “**apresentar uma Directiva-quadro sobre Práticas Comerciais** que defina, de forma clara, os deveres dos operadores económicos na relação com os consumidores e que contenha uma cláusula de **proibição de práticas comerciais desleais**, sendo que essas práticas

desleais devem ser tipificadas.

Joaquim Piscarreta, chamou a atenção para a necessidade de uma “**estratégia europeia da política de protecção dos consumidores**”, referindo **o sector do turismo** “que tanta importância tem para a sobrevivência da região algarvia, **sector no qual a protecção dos consumidores é sinónimo de qualidade**”.

Joaquim Piscarreta defendeu a promoção de um turismo de qualidade que “**exige a adopção pela União Europeia de uma Directiva sobre a segurança dos hotéis** contra os riscos de incêndios, **a revisão do regime vigente sobre o timesharing** e ainda o **alargamento da protecção dos consumidores no sector dos transportes aéreos**”.

O Deputado social democrata manifestou ainda apoio “às iniciativas no sentido de **informar os consumidores dos seus direitos**. Actualmente, sublinhou, só escassos 52% dos consumidores se sentem informados”.

Deslocalização de empresas: O Caso Clarks

Regina Bastos defende rigor e moralização

Por iniciativa da Deputada **Regina Bastos** a que se associaram Deputados de outras famílias políticas, O Parlamento Europeu debateu em Sessão Plenária o problema do encerramento e deslocalização de empresas que beneficiaram de ajudas comunitárias.

Regina Bastos afirmou que, “*como medida imediata a Comissão deve proceder a um acompanhamento dos actuais processos de encerramento e de deslocalização e adoptar medidas de apoio aos trabalhadores e à recuperação económica das regiões afectadas. A Comissão, acrescentou, deve recusar ajudas às empresas que não respeitem os compromissos assumidos com os Estados-membros e obrigá-las à sua restituição.*”

Em seu nome e em nome do PPE, Regina Bastos manifestou “**total solidariedade a todos os trabalhadores — em especial aos trabalhadores portugueses — afectados pelas decisões de encerramento de empresas estrangeiras.** A perda de postos de trabalho é um terramoto para os trabalhadores atingidos e para as suas famílias.

Referindo dois casos concretos, o da fábrica de calçado Clark e o da fábrica de confecções Bawo, Regina Bastos considerou que “**estes casos são o paradigma do mau exemplo** e suscitam as seguintes perguntas: onde está o equilíbrio entre os interesses económicos e das empresas e os direitos dos trabalhadores e da sociedade? Assim onde vai parar o tão elogiado

‘modelo social europeu’ ?

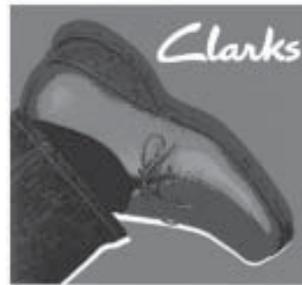
Somos pela competitividade, não amaldiçoamos a globalização, não ignoramos a concorrência do mercado mundial, mas o que não se aceita é que a economia seja vista como um fim em si mesmo e não ao serviço do Homem.

O que não se pode tolerar é que o dinheiro de todos os contribuintes europeus sirva para ‘premiar’ as empresas que saltitam de país em país na mira de maiores lucros e de mão-de-obra mais barata.

E isto sem qualquer preocupação social, quer em relação aos seus trabalhadores e às suas famílias, muito menos quanto aos efeitos económicos nas regiões atingidas.

Os subsídios concedidos têm que servir para criar empregos e não para financiar deslocalizações.

Não temos a pretensão de impedir que as empresas encerrem ou deslocalizem as suas fábricas mas podemos exigir que as empresas que beneficiem



de ajudas financeiras assumam compromissos e dêem garantias de emprego a longo prazo”.

Regina Bastos sublinhou ainda que “*a prioridade da União Europeia é o emprego.*”

A estratégia de Lisboa fixa como objectivo a atingir nesta década o pleno emprego.

No Parlamento Europeu, é cada vez maior a apreensão quanto aos progressos verificados na União Europeia no que diz respeito à ambição de Lisboa. Este fenómeno de deslocalização de fábricas está alastrar em vários Estados-membros, criando desemprego e a pôr em risco o desenvolvimento económico e social das regiões.

Como consequência haverá uma maior pressão nos sistemas de segurança social que terão que suportar os custos da ajuda social aos cidadãos desempregados. E, claro, estamos a afastar-nos ainda mais do sonho de Lisboa.

É urgente que se faça alguma coisa, concluiu”.

recusar ajudas às empresas que não respeitem os compromissos assumidos

BREVES

Precusores de drogas:

Carlos Coelho quer maior fiscalização

O Parlamento Europeu aprovou uma proposta de Regulamento que, segundo o Deputado **Carlos Coelho**, tem como objectivo “**fiscalizar de forma harmonizada o comércio de precursorres de drogas e impedir o seu desvio para a produção ilegal de estupefacientes**”.

Para o Deputado social democrata a proposta “*responde ao aumento crescente da produção e comércio de drogas sintéticas, sendo preocupante que a maior parte das drogas sintéticas, produzidas de forma ilícita, tenham como proveniência a Europa.*”

É urgente, acrescentou Carlos Coelho, **um controlo efectivo e rigoroso do fabrico e colocação no mercado das substâncias, que embora produtos químicos com utilizações legais e legítimas, são frequentemente desviadas para o fabrico clandestino de estupefacientes e substâncias psicotrópicas (sem prejuízo do comércio lícito, designadamente a produção de medicamentos)**”.

PE debate igualdade de oportunidades:

Regina Bastos: *situação não é ainda satisfatória*

Regina Bastos afirmou que “apesar da larga extensão da protecção dos direitos fundamentais das mulheres nestes últimos anos, a integração do princípio de **igualdade de oportunidades não é ainda satisfatória** em todos os domínios”. Regina Bastos participou nos debates do PE sobre igualdade de oportunidades na vida política e no acesso aos Fundos Estruturais.

Regina Bastos defendeu que “**a participação equilibrada e activa das mulheres e dos homens na vida política constitui um instrumento fundamental para a consolidação de uma Sociedade mais justa e democrática.**”

Tendo em vista que o PE é a instituição mais próxima dos cidadãos e que o seu empenho na defesa da igualdade de oportunidades tem permitido desenvolver numerosas políticas nesse sentido, é seu dever **dar o exemplo** reforçando a integração das mulheres nas actividades parlamentares e nas estruturas internas”.

Na perspectiva do alargamento e das eleições europeias de 2004, Regina Bastos entende que “**devem desenvolver-se campanhas de informação para preparar as mulheres que desejem entrar nas instituições europeias.** Desta forma, poderemos evitar que a percentagem de mulheres deputadas ao PE diminua ainda mais”.

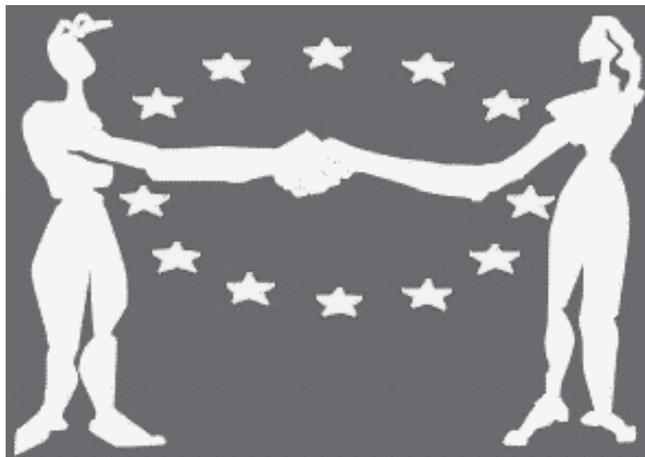
Para Regina Bastos “apesar das obrigações em matéria de **Igualdade de Oportunidades entre mulheres e homens** terem sido transpostas para os **Regulamentos relativos**

aos Fundos Estruturais para o período de 2000-2006, assistimos ainda à sua débil aplicação nas operações co-financiadas pelos Fundos.

O **Fundo Social Europeu continua a desempenhar um papel essencial** na concretização desse objectivo em comparação com os outros Fun-

tecnologias da informação e da comunicação; quase inexistente espírito empresarial e défice de representação no processo de tomada de decisão. Só para citar algumas e para demonstrar que a Comissão Europeia deve agir de forma a colmatá-las”.

Regina Bastos sublinhou “que este ano terá lugar a **avaliação intercalar**



dos. Isto porque a maioria dos programas visam os domínios do emprego e dos assuntos sociais. Temos que admitir que ainda há muito a fazer em matéria de redução da segregação no mercado de trabalho e das diferenças salariais.

As lacunas são muitas e de vária natureza: fraco nível de participação das mulheres na área das

dos Fundos Estruturais para o período 2000-2006 e que neste contexto a Comissão Europeia e os Estados-Membros devem aproveitar para **efectuar as modificações necessárias de forma a reforçar o grau de concretização do objectivo de igualdade de oportunidades** entre mulheres e homens para o restante período de programação”.

BREVES

Joaquim Piscaireta e Moreira da Silva

Contra a alteração do estatuto do Banco Central Europeu

Para **Joaquim Piscaireta**, “esta reforma incorre o risco de **marginalizar os pequenos Estados Membros**, desrespeitando o princípio de ‘um país, um voto’ e tornando o funcionamento do BCE complexo e pouco transparente”.

Joaquim Piscaireta defende que “**não se trata de Portugal perder mais ou menos poder, trata-se sim de uma questão essencial da concepção da construção europeia que se pretende**”.

Para **Jorge Moreira da Silva**, “**a solução encontrada** (rotatividade do direito de voto de acordo com o PIB de cada um dos Estados) **não é aceitável e defendendo a sua rejeição.**”

Em primeiro lugar, porque **elimina o princípio vigente, segundo o qual - ‘um Estado, um voto’** e também porque **torna ainda mais difícil a compreensão do público relativamente à definição da política monetária da UE**”.

Moreira da Silva defende salvaguarda do ambiente marinho



Jorge Moreira da Silva defendeu que “*o mar exige uma estratégia coerente e coordenada e dificilmente encontraremos um momento político tão propício à obtenção desse objectivo*”.

Moreira da Silva, (Vice-Presidente da GLOBE Europa), promoveu uma conferência sobre pescas e protecção da natureza, em parceria com o IFAW (International Fund for Animal Welfare) e que contou com a participação do WWF, da Sociedade para a Conservação das baleias e golfinhos e da Bird International.

Para Jorge Moreira da Silva, “*são muitas as ameaças que pendem sobre o ambiente marinho em todo o mundo, mas também nas águas comunitárias:*

- *A drástica diminuição de algumas populações de pescado, como é o caso do bacalhau e da pescada.*
- *A degradação de espécies não alvo, como os cetáceos, focas, aves e tartarugas.*
- *A danificação de habitats sensíveis.*
- *As alterações da estrutura do ecossistema marinho.*
- *A introdução accidental de espécies não endógenas.*
- *A degradação dos habitats costeiros.*
- *A contaminação do pescado com dioxinas.*
- *O surgimento de fenómenos de eutrofização.*
- *A poluição com hidrocarbonetos e produtos químicos decorrentes da navegação.*
- *A descarga de radionúclídeos provenientes das unidades de tratamento de*

combustível das centrais nucleares.

- *A poluição microbiológica por deficiente tratamento das águas residuais”.*

Face a esta situação de



grave degradação do ambiente marinho, com prejuízo para a biodiversidade, mas também para as actividades económicas, como a pesca e o turismo, Jorge Moreira da Silva defendeu que “*a resposta europeia existe, mas está dispersa em muitas directivas europeias e peças de legislação nacional que apenas buscam a solução de um determinado problema sectorial.*

Espero, pois, que a Comissão Europeia apresente o mais brevemente possível uma Proposta de Estratégia para a protecção do ambiente marinho, na qual se:

1) Defina uma **resposta global** ao desafio de promover a sustentabilidade do ambiente marinho, **coordenando e consolidando os diversos textos legislativos** já existentes e

fomentando a criação de organismos europeus e mundiais de monitorização e acompanhamento.

2) Assegure o **cabal cumprimento, na UE, dos compromissos estabelecidos no Plano de Implementação de Joanesburgo e da estratégia europeia para o Desenvolvimento Sustentável aprovada em Gotemburgo.**

3) Estabeleça um **plano de acção de protecção do ambiente marinho**, dotado de metas, meios e calendários legalmente vinculativos”.

BREVES

Regina Bastos defende estratégia para o emprego

Regina Bastos defendeu “*o **envolvimento das políticas locais e regionais** nas políticas nacionais e ao nível europeu na definição da estratégia para o emprego e a importância do **papel dos parceiros sociais e das pequenas e médias empresas**”.*

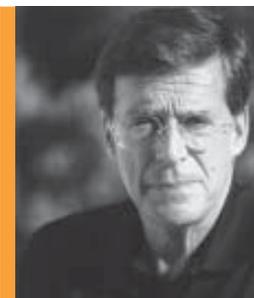
Num debate sobre “*a **Estratégia para o Emprego e a política social da União Europeia**”, Regina Bastos considerou que “passados 5 anos sobre o lançamento desta Estratégia, eis o tempo certo para se passar em revista a experiência, diagnosticar os pontos fracos e procurar respostas, realistas e ao mesmo tempo ousadas, aos desafios emergentes que são comuns aos actuais e futuros Estados-membros e harmonizá-la com os objectivos da Estratégia de Lisboa.*

É indiscutível que a *Estratégia para o Emprego* contribuiu para a redução do desemprego. Mas, hoje vive-se num cenário diferente, com a **economia europeia num período de estagnação**. Esta situação exige dos Estados-membros uma atenção especial para a adopção de prioridades globais a médio prazo e a obtenção de resultados”.

Vasco Graça Moura:

A Comissão não deve deixar-se resvalar para a excepção cultural

Vasco Graça Moura defendeu que **“a Comissão Europeia não deve deixar-se resvalar para a questão da excepção cultural”**, a propósito da declaração da Comissão Europeia sobre o Acordo Geral sobre o Comércio e Serviços, incluindo a diversidade cultural, no âmbito da Organização Mundial do Comércio.



Para Graça Moura, **“a questão é extremamente controversa, desde logo pelos seus próprios pressupostos. Num mundo aberto, em que cada vez se aposta mais na livre interacção das culturas, é evidente que a multiplicidade cultural deve ser defendida, preservada e valorizada, mas que isso não pode ser feito à custa do bloqueamento da circulação de valores que têm exactamente a mesma natureza”**.

Vasco Graça Moura defendeu que **“faz cada vez menos sentido, tratando-se de certos produtos culturais como produtos industriais, estabelecer protecções de tipo limitador à sua penetração em determinados circuitos, por exemplo, as salas de cinema.**

Com a televisão, o vídeo, o DVD ou outras tecnologias da era digital, online e Internet, cada espectador interessado pode optar por aquilo que lhe interessa sem poderem ser opostas barreiras eficazes a esse consumo. E eu não penso - ou devo manifestar pelo menos o meu cepticismo - que cinquenta ministros da Cultura possam resolver isto para além do único ponto que se poderá dar então como adquirido, que é o de **cada Estado poder fazer aquilo que entende ser mais conveniente para a defesa dos seus interesses e da sua própria especificidade cultural**.

Liberalização dos serviços portuários:

Joaquim Piscarreta defende equilíbrio

Joaquim Piscarreta, no âmbito do debate que o PE realizou sobre o acesso ao mercado dos serviços portuários, defendeu **“o equilíbrio entre uma liberalização dos serviços portuários e uma constante preocupação com as normas sociais de protecção dos trabalhadores, a segurança marítima e a protecção do ambiente nas regiões sensíveis. Este equilíbrio já se tinha verificado aquando da liberalização dos transportes aéreos e ferroviários”**.

Para Joaquim Piscarreta, **“após o naufrágio do navio Prestige, são crescentes as preocupações com a segurança marítima”**. No que se refere à regulamentação sobre a **pilotagem**, apoiou, porém, a sua **“retirada do âmbito desta decisão. Cada Estado-Membro, por razões de interesse público, deve poder manter o actual sistema, tendo em conta as suas especificidades locais”**.

Joaquim Piscarreta defendeu ainda que **“os direitos dos trabalhadores dos portos da UE devem ser salvaguardados, no que diz respeito às normas sociais e laborais. Apoio, por isso uma maior protecção dos trabalhadores, não esquecendo a necessidade de manter pessoal qualificado nos portos e insistindo em medidas de formação das tripulações”**.

Os Nossos Deputados

José Pacheco Pereira

Telf: (32.2) 28.45371
Fax: (32.2) 28.49371
e-mail: JoPacheco@europarl.eu.int

Vasco Graça Moura

Telf: (32.2) 28.45369
Fax: (32.2) 28.49369
e-mail: VGraca@europarl.eu.int

Teresa Almeida Garret

Telf: (32.2) 28.45566
Fax: (32.2) 28.49566
e-mail: TAlmeida@europarl.eu.int

Arlindo Cunha

Telf: (32.2) 28.45381
Fax: (32.2) 28.49381
e-mail: ACunha@europarl.eu.int

Sérgio Marques

Telf: (32.2) 28.45404
Fax: (32.2) 28.49404
e-mail: Smarques@europarl.eu.int

Jorge Moreira da Silva

Telf: (32.2) 28.45448
Fax: (32.2) 28.49448
e-mail: JMoreira@europarl.eu.int

Carlos Coelho

Telf: (32.2) 28.45551
Fax: (32.2) 28.49551
e-mail: CCoelho@europarl.eu.int

Regina Bastos

Telf: (32.2) 28.45790
Fax: (32.2) 28.49790
e-mail: RBastos@europarl.eu.int

Joaquim Piscarreta

Telf: (32.2) 28.45374
Fax: (32.2) 28.49374
e-mail: JPiscarreta@europarl.eu.int



Boletim Informativo do Grupo da Delegação do PSD do Partido Popular Europeu

Director: Carlos Miguel Coelho
Redacção: José Luís Fernandes
Sandra Nunes
Imagem: Julio Pisa